

**V CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 10 REGIÃO**

**10 PROVA
11 DE AGOSTO DE 1996**

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA

1. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos:

- I - a soberania e a cidadania;
- II - autodeterminação dos povos e defesa da paz;
- III - a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV;**
- B) Estão corretas apenas as afirmativas II e III;**
- C) Estão corretas apenas as afirmativas I, III e IV;**
- D) Estão corretas apenas as afirmativas II e IV.**

2. Segundo a Constituição:

- I - a garantia da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade tem como destinatários somente os brasileiros;
- II - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar, em hipótese alguma, sem o consentimento do morador;
- III - não haverá pena de trabalhos forçados, salvo nos casos de guerra externa;
- IV - o mandado de segurança coletivo somente pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano e em defesa dos interesses de seus membros.

- A) Nenhuma das afirmativas está correta;**
- B) Apenas a afirmativa II está correta;**
- C) Estão corretas as afirmativas I e IV;**
- D) Todas as afirmativas estão corretas.**

3. São privativos de brasileiro nato os cargos de:

- A) Presidente e Vice-Presidente da República e Ministro do Superior Tribunal de Justiça;**
- B) Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial das Forças Armadas;**
- C) Presidente dos Tribunais de Justiça dos Estados e Juiz Federal.**
- D) Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente do Senado Federal.**

4. São bens da União:

- I - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- II - o mar territorial e os terrenos de marinha e seus acrescidos;
- III - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- IV - os recursos minerais, exceto os do subsolo.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas II e III;**
- B) Estão corretas todas as afirmativas;**
- C) Está correta apenas a primeira afirmativa;**
- D) Estão corretas todas as afirmativas, exceto a IV.**

5. Não se inclui na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre:

- A) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;**
- B) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;**
- C) orçamento e juntas comerciais;**
- D) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.**

6. A intervenção da União Federal nos Estados:

- A) é admitida para, entre outros objetivos, manter a integridade nacional;**
- B) dependerá sempre de solicitação do Poder Legislativo;**
- C) não é permitida em hipótese alguma pela Constituição;**
- D) estará sempre condicionada ao provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.**

7. Ao dispor sobre a administração pública, estabelece a Constituição que:

- A) apenas a primeira investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos;**
- B) a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data, admitindo-se índices diferenciados para servidores civis e servidores militares;**
- C) somente por lei específica pode ser criada empresa pública, mas a criação de suas subsidiárias independe de autorização legislativa;**
- D) a proibição de acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.**

8. Cabe ao Congresso Nacional, com exclusividade:

- A) dispor sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;**
- B) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;**

- C) escolher a metade dos membros do Tribunal de Contas da União;**
- D) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terra públicas com área superior a mil hectares.**

9. No que diz respeito ao processo legislativo, dispõe a Constituição:

- I - não será objeto de deliberação proposta de emenda constitucional tendente a abolir os direitos e garantias individuais;
- II - as leis que disponham sobre a organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios são de iniciativa exclusiva do Presidente da República;
- III - as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, prazo que será prorrogado por até sessenta dias se o Congresso estiver em recesso;
- IV - a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas I e II;**
- B) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV;**
- C) Estão corretas apenas as afirmativas II e III;**
- D) Estão corretas todas as afirmativas.**

10. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, competindo-lhe, privativamente:

- A) declarar guerra, independentemente de autorização do Congresso na hipótese de agressão estrangeira;**
- B) vetar a suspensão do estado de sítio aprovada pelo Congresso Nacional;**
- C) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;**
- D) dispor sobre limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.**

11. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar:

I- originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

II- ainda originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

III - em recurso ordinário, as causas decididas pelos Tribunais de Justiça dos Estados, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de lei estadual;

IV- em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas II e III;**
- B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II;**
- C) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV;**
- D) Estão corretas todas as afirmativas.**

12. No que se refere à Justiça Federal, dispõe a Constituição que:

I- a composição mínima dos Tribunais Regionais Federais é de 11 juízes;
II- inclui-se na competência dos juízes federais processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
III- a competência criminal dos juízes federais abrange as contravenções penais e os crimes praticados em detrimento de bens, interesses e serviços das sociedades de economia mista;
IV- as causas intentadas contra a União Federal somente podem ser propostas na Seção Judiciária em que for domiciliado o autor ou no Distrito Federal.

- A) Todas as afirmativas estão corretas;**
- B) Está correta apenas a afirmativa III;**
- C) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV;**
- D) Está correta apenas a afirmativa II.**

13. Não se incluem entre os princípios da ordem econômica:

- A) soberania nacional e propriedade privada;**
- B) concessão de privilégios fiscais às empresas públicas e sociedades de economia mista, não extensivos às empresas do setor privado;**
- C) livre concorrência e defesa do consumidor;**
- D) Tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.**

14. No que se refere à política agrícola e fundiária e à reforma agrária, a Constituição estabelece que:

I- compete exclusivamente à União promover desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária;
II - na desapropriação para fins de reforma agrária, a indenização se fará sempre em títulos da dívida agrária, resgatáveis em dez anos;
III- não pode ser desapropriada para reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;
IV- a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, a determinados requisitos, entre os quais a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.

- A) Todas as afirmativas estão corretas, exceto a III;**
- B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II;**
- C) Está incorreta a afirmativa IV;**
- D) Estão corretas apenas as afirmativas I, III e IV.**

15. A seguridade social, entendida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social:

I - tem como um de seus objetivos a universalidade da cobertura e do atendimento;
II- tem como uma de suas fontes de custeio contribuições sociais dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;
III- poderá ter criadas outras fontes de custeio, além daquelas já previstas na Constituição, desde que por lei ordinária;
IV- sua proposta de orçamento será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas I e II;**

- B) Está incorreta apenas a afirmativa IV;**
- C) Esta correta apenas a afirmativa III;**
- D) Está incorreta apenas a afirmativa III.**

16. Entre as hipóteses abaixo, qual a que pode ser caracterizada como preço público ou tarifa:

- A) pagamento referente à obtenção de licença para porte de arma;
- B) Valor pago pela postagem de uma carta na agência dos Correios;**
- C) Valor pago pela utilização de uma loja pertencente ao patrimônio da União;**
- D) pagamento pela obtenção de permissão para exploração de um serviço de utilidade pública.**

17. Após sua regular inscrição na repartição fazendária competente, a Dívida Ativa passa a ter as seguintes características:

- A) presunção relativa de certeza e liquidez e efeito de prova preconstituída, que não podem ser ilididas;**
- B) efeito de prova preconstituída e presunção absoluta de certeza e liquidez;**
- C) presunção de certeza e liquidez e efeito de prova preconstituída, podendo ser ilididas por prova inequívoca;**
- D) presunção absoluta de certeza e liquidez, com possibilidade de ser ilidida pela apresentação de prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo.**

18. Em tema de legislação tributária, a competência concorrente da União e dos Estados obedece à seguinte regra constitucional:

- A) a norma federal superveniente prevalece sobre a norma estadual;**
- B) a norma federal é aplicada concorrentemente com a norma estadual, no território do respectivo Estado-membro;**
- C) a norma estadual prevalece sobre a norma federal, desde que anterior a esta;**
- D) em matéria de normas gerais apenas a União é competente, excluída qualquer competência dos Estados-membros.**

19. Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos e cobrados pela União, da seguinte forma:

- A) mediante lei complementar para possibilitar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, podendo ser cobrados no mesmo exercício de sua instituição;**
- B) mediante lei ordinária quando destinados a atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública ou guerra externa;**
- C) mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias, devendo ser cobrados apenas no exercício subsequente ao de sua instituição;**
- D) os recursos provenientes de sua arrecadação serão aplicados com vinculação à despesa que fundamentou sua instituição.**

20. É correto afirmar-se que, em matéria de isenção tributária:

- A) a União pode estabelecer, por meio de lei complementar, isenções de impostos federais, estaduais e municipais;**
- B) cabe à União, por meio de lei complementar, regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, serão concedidas e revogadas as isenções;**
- C) à União, aos Estados e ao Distrito Federal, e aos Municípios só é permitido conceder isenção de impostos por meio de lei ordinária, exceto quando já prevista em contrato;**
- D) as isenções só podem ser concedidas em caráter geral, abrangendo todo o território da**

pessoa jurídica de direito público tributante.

21. Os tributos que devem, sempre que possível, ter caráter pessoal, assim como ser graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, são:

- A) taxas;**
- B) contribuições econômicas;**
- C) impostos;**
- D) contribuições sociais.**

22. Adota-se a interpretação benigna, na aplicação de penalidade por infração da legislação tributária, quando:

- A) houver dúvida quando à natureza da penalidade aplicável;
- B) houver outra norma reguladora de situação fática assemelhada;
- C) a disposição legal aplicável for suficientemente clara e objetiva;
- D) houver necessidade de, por equidade, aplicar a penalidade mais favorável ao infrator.

23. A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que deve pagar o tributo ou a penalidade pecuniária, na forma da legislação tributária específica, chama-se:

- A) gerador obrigacional tributário;**
- B) sujeito ativo;**
- C) objeto da obrigação principal;**
- D) sujeito passivo.**

24. A pessoa jurídica de direito público competente, ao fixar, com a obrigatória observância da alíquota máxima estabelecida pelo Senado Federal, a alíquota do imposto sobre Heranças e Doações, obedece ao princípio constitucional-tributário da:

- A) igualdade impositiva;**
- B) legalidade estrita;**
- C) capacidade contributiva;**
- D) competência compartilhada.**

25. Tendo em vista o contido no atual Sistema Tributário Nacional, pode-se afirmar que:

- A) a responsabilidade dos pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores, não é solidária;**
- B) a responsabilidade do síndico, pelos tributos devidos pela massa falida, é de natureza solidária;**
- C) os mandatários não são pessoalmente responsáveis pelos créditos relativos a obrigações tributárias decorrentes de atos praticados com infração de lei;**
- D) os sócios não são responsáveis pelos tributos devidos pela sociedade, mesmo na hipótese de sua dissolução.**

26. Em matéria tributária, o prazo decadencial deve ser contado:

- A) desde a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária;**
- B) a partir da formalização do lançamento do tributo;**
- C) a partir da citação do contribuinte;**

D) desde o momento em que estiver configurada a notificação do contribuinte para pagar o tributo.

27. A obrigação tributária nasce a partir do momento em que:

- A) ocorrer o lançamento do tributo;**
- B) for feito o cálculo do tributo a ser pago, a partir da respectiva base de cálculo;**
- C) ocorrer o fato imponible, previsto em lei;**
- D) for publicada a lei instituidora do tributo.**

28. Relativamente aos bens sujeitos ao pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando um determinado tipo de mercadoria não está incluído na lista de produtos sujeitos a esse tributo, ocorre uma hipótese de :

- A) imunidade;**
- B) isenção;**
- C) anistia;**
- D) não-incidência.**

29. O pagamento de tributo ou penalidade pecuniária constitui objeto da :

- A) obrigação tributária principal;**
- B) constituição do fato gerador;**
- C) obrigação tributária acessória;**
- D) apuração do crédito tributário.**

30. Em tema de exclusão do crédito tributário, é correto afirmar-se que:

- A) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias;**
- B) a isenção é sempre extensiva às taxas e contribuições;**
- C) a anistia não se aplica aos atos qualificados em lei como contravenções;**
- D) a isenção pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa competente.**

31. O poder de polícia:

- A) exige que o Poder Público utilize sempre, previamente, a via judicial cominatória, para executar suas decisões de policiamento administrativo;**
- B) tem sanções caracterizadas pela auto-executoriedade, sem exceção;**
- C) tem como atributos específicos a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade;**
- D) originário e delegado autorizam a imposição de taxas para custear o policiamento administrativo.**

32. Os atos administrativos:

- A) podem ser revogados pela Administração, se viciados de ilegalidade;**
- B) podem ser revogados pela Administração, com efeitos ex tunc;**
- C) podem ser anulados pela Administração, se inconvenientes ou inoportunos;**
- D) são revogáveis, se geram direitos adquiridos a seus destinatários certos.**

33. No ato administrativo discricionário:

- A) a motivação do ato é obrigatória;**
- B) a motivação do ato é facultativa, e, se feita, não vincula a Administração aos motivos declarados;**
- C) a autoridade administrativa está sempre subordinada à lei quanto à competência, à forma e à finalidade do ato;**
- D) o desvio de poder está imune ao controle do Poder Judiciário.**

34. O contrato de concessão

- A) administrativa de uso confere ao concessionário um direito pessoal, transferível a terceiros;**
- B) de direito real de uso confere ao concessionário um direito real, transferível a terceiros por ato inter vivos ou por sucessão legítima ou testamentária.**
- C) de direito real de uso é contrato de colaboração, no qual o particular se obriga a prestar ou realizar algo para a Administração;**
- D) de serviço público é contrato de atribuição, exigindo sempre prévia licitação.**

35. A retomada coativa do serviço, pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização ao concessionário, denomina-se:

- A) reversão;**
- B) rescisão;**
- C) encampação;**
- D) anulação.**

36. Constitui forma de provimento derivado de cargo público, não recepcionada pela Constituição Federal de 1988:

- A) reintegração;**
- B) aproveitamento;**
- C) ascensão;**
- D) reversão.**

37. O atravessamento de um terreno particular com aqueduto, para abastecer uma cidade:

- A) constitui limitação administrativa;**
- B) obriga o Poder Público a indenizar o proprietário do terreno, em qualquer hipótese;**
- C) constitui servidão administrativa;**
- D) constitui requisição administrativa.**

38. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas, pela Administração Pública, com o particular, mediante licitação, ressalvadas as hipóteses legais de sua dispensa e inexigibilidade;**
- B) a licitação é exigida para contratação de obras, serviços, compras e alienações pela administração pública direta, indireta ou fundacional e pelas demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;**
- C) a alienação de bens imóveis da Administração Pública dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, avaliação prévia e licitação, na modalidade de concorrência, ressalvadas as hipóteses legais de dispensa de concorrência;**
- D) são quatro as modalidades de licitação: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o leilão.**

39. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) convênios administrativos são contratos firmados entre entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organismos particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos participantes;**
- B) consórcios administrativos são acordos firmados entre entidades estatais, autárquicas ou paraestatais, da mesma espécie, para realização de objetivos de interesse comum dos participantes;**
- C) competem ao Estado-membro os serviços públicos não reservados constitucionalmente à União Federal, nem atribuídos ao município pelo critério de interesse local;**
- D) compete ao Estado-membro explorar diretamente, ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.**

40. A obrigação imposta ao expropriante, de oferecer o bem ao expropriado, mediante devolução do valor da indenização, caso não utilizado no interesse, necessidade ou utilidade públicos motivadores da desapropriação, denomina-se:

- A) retrovenda;**
- B) resgate;**
- C) retrocessão;**
- D) investidura.**

41. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetuadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, que terão assegurada a participação nos resultados da lavra;**
- B) a concessão de lavra é ato administrativo unilateral, pelo que, quando a União Federal, fora das hipóteses legais de caducidade, suprime ou restringe a concessão, não fica obrigada a indenizar o concessionário da lavra;**
- C) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial conservam a inalienabilidade enquanto não forem, por lei, desafetados de sua destinação originária específica;**
- D) investidura é a alienação, aos proprietários de imóveis lindeiros, de área pública remanescente ou resultante de obra pública e que se tornou inaproveitável isoladamente.**

42. No direito brasileiro, as afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) a empresa pública federal integra a administração federal indireta, tem personalidade jurídica de direito privado e se sujeita ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;**
- B) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira;**
- C) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;**
- D) o condenado não pode responsabilizar civilmente o Estado, por erro judiciário.**

43. No crime de extorsão mediante seqüestro, previsto no art. 158 do CP, cometido em concurso, o participante que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá:

- A) gozo de imunidade;**
- B) prisão especial;**
- C) liberdade provisória, se preso em flagrante ou preventivamente;**
- D) redução de um a dois terços da pena.**

44. A pena de multa, aplicada isolada ou cumulativamente, com pena restritiva de direitos, ou concedida a suspensão condicional da pena, será paga:

- A) mediante desconto no vencimento ou salário do condenado, sem nenhuma restrição de natureza econômica;**
- B) no prazo de 10 dias depois de transitada em julgado a sentença;**
- C) como dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública;**
- D) em parcelas mensais, a critério do sentenciado.**

45. Entre as várias modalidades de erro, admitidas no Código Penal, é correto afirmar-se que:

- A) se o agente não tiver consciência da realização de comportamento punível, incidirá em erro de tipo, que exclui o dolo, mas permitirá punição por crime culposos, se previsto em lei;**
- B) se o agente, embora agindo dolosamente, atuar por simples desconhecimento da lei e não por sua errônea compreensão, incidirá em erro de proibição, que, se inevitável, isenta de pena, e, se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço;**
- C) o erro do agente, ao atingir pessoa diversa da pretendida, não excluirá o crime, mas levará em conta as qualidades ou condições da pessoa efetivamente ofendida e não as da vítima, que ele quis ofender;**
- D) se o erro for determinado por terceiro, somente este responderá por culpa ou dolo.**

46. Tanto na fixação do quantum da pena, quanto em sua individualização:

- A) em caso de concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias legais, de natureza objetiva ou subjetiva, que não interferem na configuração do tipo, mas agravam a pena;**
- B) devem prevalecer as circunstâncias judiciais, como culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade do agente, motivos, circunstâncias e conseqüências do crime, bem como o comportamento da vítima;**
- C) devem prevalecer as circunstâncias atenuantes, inclusive a atenuante inominada, consistente em circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei;**
- D) nenhuma das alternativas está correta.**

47. A pena-base será fixada:

- A) atendendo-se, em primeiro lugar, as causas de aumento e diminuição;**
- B) atendendo-se, apenas, as circunstâncias agravantes e atenuantes;**
- C) atendendo-se, em segundo lugar, as circunstâncias judiciais;**
- D) atendendo-se as circunstâncias judiciais; em seguida, as circunstâncias atenuantes e agravantes; e, por último, as causas de diminuição e de aumento.**

48. No crime de peculato:

- A) é sujeito ativo apenas o funcionário público, uma vez que, pelo princípio da incomunicabilidade, essa qualidade não se estende a outro concorrente, não exercente de cargo ou função pública;**
- B) a reposição do dinheiro público não descaracteriza o peculato doloso, mas influi na pena, por tratar-se de arrependimento eficaz;**
- C) não há absorção da falsidade, se esta constitui meio para prática do desfalque;**
- D) a reparação do dano no peculato culposos, se antecede a sentença irrecorrível, extingue a**

punibilidade; se o ressarcimento for posterior, reduz da metade a pena imposta.

49. No crime de concussão:

- A) a simples exigência de vantagem acarreta consumação, pois se trata de crime de mera conduta; o recebimento posterior exaure a infração;**
- B) pode haver prisão em flagrante após a exigência da vantagem, quando o agente vai recebê-la dias depois;**
- C) o particular não pode ser partícipe;**
- D) se não houve exigência de vantagem, mas só o seu recebimento, consuma-se a infração.**

50. De acordo com a nossa legislação penal:

- A) o crime culposo comissivo por omissão pressupõe a violação, pelo omitente, do dever de agir para impedir o resultado, incumbindo tal dever a quem criou o risco por seu comportamento anterior;**
- B) no crime doloso comissivo por omissão, é indispensável que haja a vontade de omitir a ação devida, mas dispensa-se o especial dever jurídico de impedir o dano ou o perigo;**
- C) nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços;**
- D) inexistente arrependimento eficaz se, após a obtenção do visto do banco no cheque falsificado, o agente guarda-o consigo, sem descontá-lo.**

51. É correto afirmar-se que:

- A) no crime de desobediência à ordem judicial, a ilegalidade intrínseca da ordem formalmente válida não justifica a desobediência; é indispensável que a ilegalidade formal seja extrínseca;**
- B) crime de desacato não absorve o de injúria, pois este não é elemento constitutivo e conceitual daquele;**
- C) não são incompatíveis, pelas mesmas ações, o crime de corrupção ativa praticado pelo particular e o crime de concussão cometido pelo funcionário público;**
- D) na hipótese de importação de mercadoria proibida, existindo disposição penal específica que proíba a importação de determinados produtos, como escrito ou objeto obsceno, prevalece a norma definidora do crime de contrabando e não a norma penal especial.**

52. Funcionário público, encarregado do recebimento de valores, para encobrir apropriação de certa quantia em dinheiro, declara falsamente, em formulário próprio da repartição, haver efetuado o recolhimento:

- A) há falsidade ideológica(art. 299);**
- B) há estelionato (art. 171);**
- C) há apropriação indébita (art. 168,   11, III);**
- D) há concurso de crimes: falsidade e peculato.**

53. O segurado aposentado por tempo de serviço ou por idade, que vier a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social, não fará jus, em decorrência do exercício dessa atividade, a:

- A) salário-família;**
- B) reabilitação profissional;**
- C) pecúlio;**
- D) auxílio-acidente.**

54. O abono anual não é devido ao segurado ou ao dependente que, durante o ano, recebeu:

- A) aposentadoria por idade;**
- B) auxílio-acidente;**
- C) renda mensal vitalícia;**
- D) auxílio-reclusão.**

55. O segurado especial, em razão de sua filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social, não tem direito a:

- A) aposentadoria por invalidez;**
- B) aposentadoria por tempo de serviço;**
- C) auxílio-reclusão;**
- D) pensão.**

56. É permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- A) salário-maternidade e auxílio-doença;**
- B) aposentadoria e auxílio-doença;**
- C) pensões previdenciárias, deixadas pelo cônjuge ou companheiro;**
- D) aposentadoria e pensão.**

57. Não é dependente do segurado:

- A) o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21(vinte e um) anos ou inválido;**
- B) a pessoa designada, menor de 21(vinte e um) anos ou maior de 60(sessenta) anos ou inválida;**
- C) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21(vinte e um) anos ou inválido;**
- D) nenhuma das opções acima.**

58. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) a dependência econômica do companheiro ou companheira, que manteve união estável com a segurada ou segurado é presumida para fins de pensão previdenciária;**
- B) a dependência econômica dos pais, para fins de pensão previdenciária, deve ser comprovada;**
- C) o segurado aposentado por invalidez, que retornar voluntariamente à atividade, terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno;**
- D) o segurado aposentado por idade, que vier a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social, fica sujeito ao pagamento de contribuição previdenciária, mas tem direito a nova aposentadoria.**

59. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) a comprovação do tempo de serviço, para fins previdenciários, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito;**
- B) o tempo de serviço do segurado trabalhador rural, anterior a novembro de 1991, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, exceto para efeito de carência;**
- C) a aposentadoria especial decorrente do exercício de atividade perigosa, insalubre ou penosa não exige idade mínima do segurado;**
- D) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União Federal, contribui para o Plano de Seguridade Social do Servidor, previsto na Lei nº 8.112/90.**

60. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) o critério de revisão de benefício, que determina o seu pagamento pelo número de salários-mínimos da data de sua concessão, aplica-se apenas aos benefícios previdenciários mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição Federal de 1988;**
- B) a prestação de assistência social, a quem dela necessitar, independe de contribuição à seguridade social;**
- C) a aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais exige 65(sessenta e cinco) anos para o homem e 60(sessenta) anos para a mulher;**
- D) qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição, na forma dos planos previdenciários.**

61. Bens que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade:

- A) fungíveis;**
- B) infungíveis;**
- C) consumíveis;**
- D) não consumíveis.**

62. Considera-se dolo acidental quando:

- A) o ato jurídico ocorre por acidente;**
- B) o ato jurídico ocorre acidentalmente;**
- C) a seu despeito o ato não se teria praticado;**
- D) a seu despeito o ato seria praticado, embora por outro modo.**

63. O ato praticado com vício de coação é:

- A) de nulidade;**
- B) anulável;**
- C) de nulidade absoluta;**
- D) nenhuma das opções anteriores é correta.**

64. As dívidas passivas da União prescrevem em:

- A) 5 anos;**
- B) 10 anos;**
- C) 15 anos;**
- D) 20 anos.**

65. A teoria da posse adotada pelo Código Civil Brasileiro é de:

- A) Savigny;**
- B) Lhering;**
- C) Windsheid;**
- D) Pontes de Miranda.**

66. Considera-se pacto comissório:

- A) a possibilidade do credor ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga;**
- B) a possibilidade do credor não ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga;**
- C) a possibilidade do credor ficar com o objeto da garantia, se a dívida for paga;**
- D) nenhuma das opções anteriores é correta.**

67. Se a escolha couber ao devedor, a obrigação é:

- A) obrigação natural;**
- B) obrigação opcional;**
- C) obrigação optativa;**
- D) obrigação alternativa.**

68. Trata-se de defeito oculto que torna a coisa imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminui o valor:

- A) vício pleno;**
- B) vício oculto;**
- C) vício intrínseco;**
- D) vício redibitório.**

69. O registro de marcas e patentes deve ser requerido:

- A) ao Ministério da Indústria e Comércio;**
- B) à Junta Comercial;**
- C) ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial;**
- D) ao Registro de Títulos e Documentos.**

70. A dissolução parcial da sociedade por quotas ocorre:

- A) por decisão da maioria dos sócios;**
- B) somente por decisão governamental;**
- C) somente por decisão judicial;**
- D) nenhuma das opções anteriores é correta.**

71. O leasing é uma forma de :

- A) compra e venda;**
- B) arrendamento;**
- C) empréstimo;**
- D) comodato.**

72. Estende-se, além do território de cada país e das suas águas interiores, a uma zona de mar adjacente:

- A) mar interior;**
- B) mar territorial;**
- C) mar internacional;**

D) mar continental.

73. Parte do leito do mar adjacente à costa, cuja profundidade em geral não excede duzentos metros, denomina-se:

- A) fundo do mar;**
- B) plataforma continental;**
- C) plataforma marítima;**
- D) plataforma contígua.**

74. A imunidade do Estado estrangeiro à jurisdição brasileira pode ser superada:

- A) se os fatos forem graves;**
- B) se os fatos não forem contestados;**
- C) se o Estado estrangeiro renunciar à imunidade;**
- D) se o Estado estrangeiro silenciar sobre o direito à imunidade.**

75. O brasileiro naturalizado pode ser extraditado:

- A) sempre;**
- B) somente em caso de crime comum, praticado antes da naturalização;**
- C) se o Governo brasileiro autorizar;**
- D) se o Estado estrangeiro tiver tratado de extradição com o Brasil.**

76. A rogatória tem como finalidade:

- A) citação de residente no Brasil;**
- B) venda de bem no Brasil;**
- C) compra de bem no Brasil;**
- D) propositura de ação no Brasil.**

77. A exclusão, do território nacional, do estrangeiro com entrada irregular é:

- A) cessação de visto;**
- B) expulsão;**
- C) deportação;**
- D) recambiamento.**

78. Se o estrangeiro tiver filho brasileiro sob sua guarda e dependência:

- A) não pode ser extraditado;**
- B) não poder ser expulso;**
- C) não pode ser deportado;**
- D) não pode ser preso.**

79. De acordo com a legislação processual civil, a ausência das condições da ação e dos pressupostos processuais:

- A) pode ser reconhecida pelo juiz de ofício ou a requerimento da parte, a qualquer tempo, antes de proferida a sentença, não se verificando, na hipótese, a preclusão;**
- B) somente pode ser reconhecida após o saneador;**
- C) não pode ser examinada após o saneador;**
- D) deve necessariamente ser decidida no despacho que determina a citação.**

80. A citação:

- A) será sempre feita pelo correio, sem qualquer exceção;**
- B) também pode ser feita pelo oficial de justiça, se assim o requerer o autor;**
- C) pode ser dispensada, em determinadas hipóteses;**
- D) apenas interrompe a prescrição quando ordenada por juiz competente.**

81. Em relação ao pedido, dispõe o Código de Processo Civil que:

- I - deve ele ser certo e determinado, não se admitindo pedido genérico;
- II - pode haver cumulação de pedidos, desde que formulados contra o mesmo réu;
- III - não pode ser modificado após a citação, mesmo com o consentimento do réu;
- IV - antes da citação o autor poderá aditá-lo, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas I e III;**
- B) Está correta apenas a afirmativa III;**
- C) Estão corretas apenas as afirmativas II e IV;**
- D) Estão corretas todas as afirmativas.**

82. No que diz respeito à intervenção de terceiros:

- I - a oposição, oferecida antes da audiência, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença;
- II - deferindo o pedido de nomeação à autoria, o juiz suspenderá o processo e mandará ouvir o autor no prazo de 5(cinco) dias;
- III - a denúncia da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;
- IV - não é admitido o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

- A) Estão corretas todas as afirmativas;**
- B) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV;**
- C) Estão corretas apenas as afirmativas I e III;**
- D) Estão corretas apenas as afirmativas I, II e III.**

83. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito:

- A) quando as partes transigirem;**
- B) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação;**
- C) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal;**
- D) quando o réu reconhecer a procedência do pedido.**

84. Estabelece o Código de Processo Civil que:

- A) o juiz não pode, de ofício, determinar o comparecimento das partes a fim de interrogá-las**

sobre os fatos da causa;

B) a confissão judicial faz prova contra o confidente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes;

C) a prova testemunhal não pode ser indeferida pelo juiz, mesmo em relação a fatos já provados por documentos ou confissão da parte;

D) o perito pode ser substituído somente quando carecer de conhecimento técnico ou científico.

85. A sentença:

A) deve ser certa, exceto quando decidir relação jurídica condicional;

B) em determinadas circunstâncias, pode ter natureza diversa da pedida pelo autor;

C) uma vez publicada, o juiz somente pode alterá-la por meio de embargos de declaração;

D) a que condenar o réu ao pagamento de uma prestação consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.

86. Em matéria de recursos, dispõe a legislação processual que:

I - quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento, e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais;

II - apresentadas as contra-razões, o juiz não mais pode reexaminar os pressupostos de admissibilidade da apelação;

III - sendo o agravo de instrumento interposto diretamente perante o tribunal, não mais se admite, em primeira instância, o juízo de retratação;

IV - recebido o agravo de instrumento no tribunal, o relator deverá sempre requisitar informações ao juiz da causa.

A) Está correta apenas a primeira afirmativa;

B) Estão corretas apenas as afirmativas II e III;

C) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV;

D) Estão corretas todas as afirmativas.

87. Em execução fiscal:

A) uma vez citado, o executado terá o prazo de 30(trinta) dias para pagar o débito ou garantir a execução;

B) admite-se a penhora de bens oferecidos por terceiros, desde que haja concordância da Fazenda Pública;

C) haverá prescrição intercorrente se o processo de execução ficar suspenso por mais de 5(cinco) anos em razão da não localização do devedor ou de bens sobre os quais possa recair a penhora;

D) em se tratando de execução por carta, os embargos do executado serão sempre julgados pelo juiz deprecante.

88. A antecipação, total ou parcial, dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial:

A) somente é possível em ação cautelar;

B) pode ser concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado;

C) pode ser deferida se, existindo prova inequívoca, se convença o juiz da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu;

D) está condicionada apenas à possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação para o autor.

89. A ação civil pública:

- A) será sempre proposta no foro do local onde ocorrer o dano, salvo se houver interesse da União, hipótese em que a competência para julgamento será da Justiça Federal, mesmo que a ação tenha que ser ajuizada na Capital do Estado.**
- B) não pode ser proposta para apurar responsabilidades por infração à ordem econômica;**
- C) somente pode ser proposta pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios;**
- D) pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.**

90. Nas ações de desapropriação regidas pelo Decreto-lei 3.365/41:

- A) a contestação somente pode versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço;**
- B) caso seja decretada a nulidade do processo expropriatório, os bens já incorporados à Fazenda Pública podem ser objeto de reivindicação;**
- C) caso discorde do preço oferecido, o expropriado não poderá efetuar o levantamento de qualquer parcela do depósito, podendo, entretanto, fazê-lo quando proferida a sentença;**
- D) é indispensável a citação do expropriado para a concessão de imissão provisória na posse do imóvel expropriando.**

91. O condenado por crime internacional de tóxicos (Lei n1 6.368/76) , após a vigência da Lei n1 8.072/90 (crimes hediondos):

- A) pode apelar em liberdade, se for primário e tiver bons antecedentes, ainda que não tenha respondido ao processo em liberdade;**
- B) pode ser autorizado a apelar em liberdade, porque não estava preso em flagrante ou preventivamente, como requisito essencial;**
- C) não pode apelar, em qualquer hipótese, sem estar preso ou recolher-se à prisão;**
- D) tem direito de apelar em liberdade, pois, em face do princípio constitucional da presunção de inocência (art. 51, inciso LVII), estão revogados, por incompatibilidade, o art. 594 do CPP e o art. 35 da Lei n1 6.368/76.**

92. Tício, dentro de navio da Marinha Mercante brasileira, ancorado no porto de Londres, na Inglaterra, pratica homicídio, de que é vítima Caio:

- A) compete à Justiça Federal brasileira processar e julgar o crime;**
- B) a competência é da Justiça Estadual brasileira;**
- C) a competência é da Justiça inglesa;**
- D) firma-se a competência da Justiça Estadual do primeiro porto brasileiro em que tocar a embarcação, após o crime.**

93. Se Mário, réu em ação penal, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado:

- I - é declarado revel e a ação prossegue com defensor dativo;
- II- o juiz declara suspensos o processo e o curso da prescrição;
- III - fica suspenso apenas o prazo prescricional;

IV- o juiz pode determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e decretar a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP.

- A) Todas as respostas estão incorretas;**
- B) Está correta a resposta n1 I;**
- C) Está correta a resposta n1 III;**
- D) Estão corretas as respostas n1 II e IV.**

94. Em face do princípio da retroatividade da lei mais benéfica, consagrado na legislação penal e na Constituição, pode-se dizer que:

I - a lei nova só retroage, como exceção ao princípio do tempus regit actum, antes de transitada em julgado a sentença penal condenatória;

II - compete ao Tribunal declarar a extinção da punibilidade, em caso de a lei nova supressiva de incriminação surgir após o trânsito em julgado da sentença condenatória;

III - quer antes de iniciada a persecutio criminis, quer exista processo em andamento, ou prolatada sentença ainda não transitada em julgado, deve declarar-se a extinção da punibilidade para excluir todos os efeitos jurídico-penais do comportamento antes considerado infração;

IV - existindo sentença condenatória com trânsito em julgado, só o juiz da execução da pena pode declarar a cessação da sanctio juris.

- A) A resposta n1 I está correta;**
- B) A resposta n1 III está incorreta;**
- C) A resposta n1 II está correta;**
- D) As respostas n1 III e IV estão corretas.**

95. Ocorrendo concurso material ou formal entre delitos conexos de ação penal pública e privada, poder-se afirmar que:

- A) não se admite, em nenhuma hipótese, a cumulabilidade de ações penais;**
- B) a questão é resolvida pela formação de litisconsórcio ativo entre o Promotor ou Procurador da República e o titular do jus querelandi, seguindo-se o rito que conceda maior amplitude à defesa;**
- C) só é possível a cumulação de ações, se houver compatibilidade de ritos;**
- D) nenhuma das respostas é correta.**

96. Da ação penal privada são institutos exclusivos:

- A) renúncia e decadência;**
- B) perdão judicial e perempção;**
- C) renúncia e prescrição;**
- D) perempção e decadência.**

97. Os prazos de prescrição da pretensão punitiva e da pretensão executória, regulados no art. 109 do Código Penal, consumam-se em dois momentos:

I - entre a data de cometimento do crime e a da publicação da sentença;

II- entre a data do cometimento do crime e a do recebimento da denúncia;

III - entre a data do recebimento da denúncia e a do trânsito em julgado da sentença para acusação e defesa;

IV - entre a data do recebimento da denúncia e a da publicação da sentença, depois que esta transitar

em julgado para o Ministério Público ou for improvido seu recurso.

- A) Está correta a resposta n1 I;**
- B) Está correta a resposta n1 III;**
- C) Estão corretas as respostas n1 II e IV;**
- D) Nenhuma das opções está correta.**

98. Em virtude de Acircunstância elementar≡ não contida explícita ou implicitamente na denúncia, mas apurada no decorrer da instrução criminal, deve o juiz:

I - baixar o processo, a fim de que a defesa se manifeste, no prazo de oito dias, e produza prova, podendo ouvir até três testemunhas, quando a nova classificação acarretar pena idêntica ou menor do que a prevista no crime mencionado na denúncia;

II - proferir, desde logo, a sentença, uma vez que a Acircunstância elementar≡ não importa matatio libelli;

III- baixar o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia ou a queixa, se, em face desta, houver sido instaurado o processo abrindo, em seguida, prazo de três dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando três testemunhas, quando a desclassificação implicar pena mais grave;

IV - nenhuma das alternativas.

- A)Estão corretas as respostas n1 I e III;**
- B) Está correta a resposta n1 II;**
- C) Está incorreta a resposta n1 I;**
- D) Está correta a resposta n1 IV.**

99. Promulgada a Lei 8.072, de 25 de julho de 1.990:

- A) o prazo da prisão temporária (Lei 7.960/89), nos crimes hediondos, é de trinta dias, prorrogável pelo dobro do período, em caso de extrema e comprovada necessidade;**
- B) o acusado de tráfico de entorpecente só poderá obter liberdade provisória mediante fiança, que deverá ser fixada de acordo com o valor do tráfico;**
- C) o participante que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, de modo que possibilite seu desmantelamento, terá, em caso de condenação, redução de um a dois terços da pena;**
- D) todas as alternativas são falsas.**

100. Nos crimes conexos de competência federal e estadual:

- A) haverá separação de processo;**
- B) prevalece a jurisdição comum federal;**
- C) prevalece a jurisdição comum estadual;**
- D) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada pena mais grave.**



Gabarito do 5º Concurso

| | | | | | | | | | |
|-------|------|-------|-------|------|-------|------|------|-------|-------|
| 01 C | 02 A | 03 BD | 04 D | 05 B | 06 A | 07 D | 08 B | 09 A | 10 C |
| 11 C | 12 D | 13 BD | 14 D | 15 D | 16 B | 17 C | 18 A | 19 D | 20 B |
| 21 C | 22 A | 23 D | 24 D | 25 B | 26 A | 27 C | 28 D | 29 A | 30 C |
| 31 C | 32 D | 33 C | 34 B | 35 C | 36 C | 37 C | 38 D | 39 AD | 40 C |
| 41 B | 42 D | 43 D | 44 CB | 45 A | 46 D | 47 * | 48 D | 49 A | 50 A |
| 51 A | 52 D | 53 C | 54 C | 55 B | 56 D | 57 B | 58 D | 59 D | 60 C |
| 61 A | 62 D | 63 B | 64 A | 65 B | 66 AD | 67 D | 68 D | 69 C | 70 A |
| 71 B | 72 B | 73 B | 74 C | 75 B | 76 A | 77 C | 78 B | 79 A | 80 B |
| 81 C | 82 D | 83 C | 84 B | 85 D | 86 A | 87 B | 88 C | 89 DA | 90 A |
| 91 CB | 92 A | 93 D | 94 D | 95 B | 96 D | 97 C | 98 A | 99 C | 100 B |

V CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

20 PROVA ESCRITA

14 DE SETEMBRO DE 1996 - SÁBADO

OBSERVAÇÕES

**CONSULTA DA LEGISLAÇÃO PERMITIDA DESACOMPANHADA
DE ANOTAÇÕES, COMENTÁRIOS OU SÚMULAS.**

1. Leia com atenção estas instruções e as questões.
2. As respostas manuscritas deverá ser efetuadas no papel pautado, com letra legível utilizando-se tinta indelével (esferográfica) de cor preta ou azul.
3. Candidato optante por redação à máquina deverá utilizar folha de papel A4, sem pauta.
4. Nenhuma marca ou forma de identificação poderá ser colocada no material da prova.
5. As folhas de papel utilizadas para o trabalho final deverão ser numeradas.
6. Não será cedido, a qualquer pretexto, material para consulta
7. Esta prova terá duração de 5(cinco) horas, improrrogáveis (Art. 16 do Regulamento).
8. Confira o grampeamento da capa contendo a prova e o trabalho final.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 10 REGIÃO

V CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

20 PROVA ESCRITA

PRIMEIRA QUESTÃO

Elaborar sentença sobre a hipótese abaixo, com os requisitos essenciais inscritos no art. 458 do Código de Processo Civil

Valor desta questão: 6 (seis) pontos

JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, menor, com 12(doze) anos de idade, estudante, residente em Brasília, Distrito Federal, e PEDRO JOSÉ DOS SANTOS, com 45 (quarenta e cinco) anos de idade, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Minas Gerais, servente de pedreiro, empregado da Construtora Rochedo Ltda, percebendo um salário-mínimo mensal, foram atropelados em Brasília, por um caminhão do Exército Nacional, que era dirigido por um cabo e transportava patrulha convocada para dar segurança diária em prédio militar.

O veículo oficial, que trafegava pela pista urbana às 12 horas do dia 20.06.91, em dia chuvoso, desgovernou-se e subiu a calçada, atropelando as duas vítimas. José Antônio Pereira teve morte instantânea; Pedro José sofreu traumatismo craniano e, levado ao hospital, faleceu uma semana depois, em decorrência do acidente.

O procedimento administrativo instaurado pelo Ministério do Exército concluiu que o acidente decorreu do fato de encontrar-se a pista escorregadia, em razão da chuva, o que provocou a perda de controle do veículo.

Em 29.06.92, MANOEL FRANCISCO PEREIRA e JOANA MARIA PEREIRA, pais de JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, atualmente residentes e domiciliados em Salvador, Bahia, o primeiro servente de pedreiro, com uma renda mensal de um salário-mínimo, e a segunda lavadeira diarista, percebendo aproximadamente um terço do salário-mínimo por mês, impetraram, juntamente com MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, viúva de PEDRO JOSÉ DOS SANTOS, doméstica, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais, mandado de segurança contra o Ministro do Exército, para que lhes fosse paga indenização pela morte do filho e marido, respectivamente. Entretanto, foram julgados carecedores de ação mandamental, por demandar a solução da lide dilação probatória, ficando-lhes ressalvadas as vias ordinárias, tendo a sentença final do writ sido prolatada em 20.01.93.

Os fatos acima são narrados em petição inicial de ação de procedimento sumário, ajuizada em 15.01.96, perante a Justiça Federal do Distrito Federal, contra a União Federal, por MANOEL FRANCISCO PEREIRA, JOANA MARIA

PEREIRA e MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS, que constituíram um único advogado e formularam, num único processo, os seguintes pedidos:

a) pela morte de JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, seus pais, ambos com 30(trinta) anos de idade, pediram indenização na forma de pensão, a partir da data do acidente, no valor de um salário-mínimo mensal, a ser dividida entre ambos; indenização pelas despesas de sepultamento do filho, conforme notas fiscais e recibos juntados à inicial; lucros cessantes, como se liquidar em execução; juros simples e compostos e correção monetária, incidentes sobre as parcelas vencidas desde a data em que devidas; condenação da União Federal a depositar títulos da dívida pública em instituição bancária idônea, cujo rendimento seja suficiente para garantir o pagamento da pensão até que completem os Autores 85 (oitenta e cinco) anos de idade;

b) pela morte de PEDRO JOSÉ DOS SANTOS, sua viúva, com 40(quarenta) anos de idade, requereu pensão equivalente a um salário-mínimo mensal, a partir da data do óbito do cônjuge; indenização pelas despesas com o tratamento médico-hospitalar e sepultamento; dano emergente e lucros cessantes, como se liquidar em execução; juros simples e compostos e correção monetária, incidentes a partir da data em que devida cada parcela vencida; condenação da União Federal a depositar títulos da dívida pública em instituição bancária idônea, cujo rendimento seja suficiente para garantir o pagamento da pensão até que venha a completar 75(setenta e cinco) anos de idade;

c) condenação da União Federal ao pagamento de todas as verbas pretéritas independentemente de precatório, por se tratar de crédito de natureza alimentícia;

d) condenação da União Federal ao pagamento de custas processuais e honorários de advogado no percentual de 20%(vinte por cento) do valor da condenação.

A inicial aponta como fundamento do pedido a Constituição Federal, o Código Civil e o Código de Processo Civil, sem indicar os artigos, e apresenta rol de testemunhas.

A ação foi proposta sob o pálio da assistência judiciária, e instruem a inicial, além da procuração:

a) laudo pericial em que está registrado que o acidente decorreu, presumivelmente, em razão do deslizamento do veículo na pista escorregadia e perda de controle por parte de seu condutor, não concluindo, entretanto, ter sido ele culpado pelo acontecimento;

b) cópia do relatório do inquérito policial, que confirma a ocorrência, identifica o condutor do veículo e registra a morte de JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA e PEDRO JOSÉ DOS SANTOS;

c) atestados de óbito e certidões de nascimento e casamento das vítimas, provando sua idade - 12 (doze) e 45(quarenta e cinco) anos - e o vínculo familiar com os Autores;

d) notas fiscais e demais comprovantes de despesas efetuadas pelos

Autores com tratamento e sepultamento das vítimas;

e) cópia da ação penal movida contra o condutor do veículo militar, à época ainda sem sentença;

f) cópia do mandado de segurança ajuizado anteriormente, no qual o Impetrado foi notificado em 29.06.92 e a sentença prolatada em 20.01.93.

Não tendo havido conciliação, a União Federal apresentou contestação, arguindo, alegando e requerendo:

a) incompetência absoluta da Seção Judiciária do Distrito Federal para processar e julgar a ação, porquanto o foro competente é o das Seções Judiciárias onde domiciliados os Autores;

b) prescrição do direito de ação, nos termos do Decreto 20.910/32, combinado com o Decreto-lei 4.597/42, visto que, impetrado o anterior mandado de segurança em 29.06.92, o prazo quinquenal voltou a fluir pela metade, extinguindo-se em 29.12.94, ou em 20.07.95, se computado o prazo a partir do julgamento final da segurança;

c) extinção do processo, pela impossibilidade de cumulação de pedidos;

d) extinção do processo, por falta de interesse processual, de vez que, quando ajuizada a ação civil, estava em curso ação penal contra o condutor do veículo oficial, pelo que deveriam os Autores aguardar o desfecho do procedimento criminal para, se fosse o caso, promover a execução da sentença condenatória penal, no juízo cível, para reparação do dano;

e) obrigatoriedade de chamamento do Ministério do Exército para integrar a lide, como litisconsorte necessário, pois, em caso de condenação, o valor dos pagamentos será retirado da verba orçamentária destinada àquele órgão, que assumirá a responsabilidade pelo cumprimento da sentença;

f) improcedência do pedido, porque:

f.1) não há prova de culpa da Ré ou de seu motorista, que se encontrava no estrito cumprimento de seus deveres funcionais;

f.2) o acidente decorreu de força maior, por causa não imputável ao motorista do veículo oficial, que se desgovernou em razão da chuva e da pista escorregadia;

f.3) há indícios de que o acidente decorreu de culpa exclusiva das vítimas, que andavam, imprudentemente, próximo ao meio-fio quando colhidas pela viatura, conforme prova testemunhal a ser produzida;

f.4) a ação penal movida contra o condutor do veículo resultou em sua absolvição, por falta de prova suficiente de sua culpabilidade penal, embora

reconhecido na sentença que o denunciado conduziu o veículo quando do acidente;

f.5) a vítima JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA era menor, não auferia ganhos e seus pais dela não dependiam, inexistindo alimentos devidos ou danos patrimoniais a serem reparados a todos os Autores;

g) na improvável hipótese de procedência da ação:

g.1) a pensão não pode ser paga até a data pretendida pelos Autores;

g.2) os juros de mora devem ser contados de forma simples, a partir da citação;

g.3) a correção monetária somente é devida a partir do ajuizamento da ação;

g.4) os honorários advocatícios pretendidos são excessivos, merecendo redução;

g.5) a Ré não responde pelo pagamento de custas processuais;

g.6) a União Federal não está obrigada à constituição de capital, ante sua solvabilidade e a possibilidade de os beneficiários da pensão serem incluídos em folha de pagamento pelo Ministério do Exército;

g.7) o pagamento das parcelas vencidas depende de expedição de precatório.

Impugnou, ainda, a Ré todos os termos da inicial, requerendo o acolhimento das preliminares ou a improcedência do pedido, instruindo sua defesa com certidão da sentença absolutória proferida na ação penal movida contra o condutor do veículo e de seu trânsito em julgado, fundando-se a sentença na inexistência de prova suficiente da culpabilidade penal do acusado, sem negar o fato e sua autoria.

Ouvidos sobre a contestação, os Autores pediram a rejeição das preliminares, insistindo na procedência do pedido, tal como formulado.

As testemunhas arroladas pelos Autores confirmaram os fatos alegados na inicial, o parentesco com as vítimas, as dificuldades financeiras de suas famílias, a dependência econômica de MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS em relação ao cônjuge falecido, afirmando, ainda, que JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA estudava pela manhã e à tarde realizava todos os trabalhos domésticos de sua casa, enquanto seus pais trabalhavam, visto que, sendo menor de 14 (quatorze) anos, ainda não conseguira obter emprego.

A Ré não produziu prova testemunhal.

Finda a instrução, nos debates orais requereram os Autores a procedência do pedido e a Ré o acolhimento de sua defesa, ratificando as partes os argumentos expostos.

O Juiz encerrou a audiência, esclarecendo que todos os incidentes e requerimentos seriam apreciados na sentença, a ser proferida no prazo legal.

Responda e justifique a questão abaixo, em 15 linhas, no máximo

Valor desta questão: 2(dois) pontos

Qual a consequência jurídica quando a lei anterior à Constituição torna-se incompatível com esta?

30 QUESTÃO

Tendo em vista a disposição constitucional abaixo, exponha objetivamente a respeito do instituto jurídico-tributário de que se trata, ressaltando suas características essenciais e distinguindo-o dos institutos afins, em 20 linhas, no máximo

Valor desta questão: 2 (dois) pontos

Prescreve o § 41 do art. 153 da Constituição Federal que o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural A não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

V CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

30 PROVA ESCRITA

15 DE SETEMBRO DE 1996 - DOMINGO

OBSERVAÇÕES

**CONSULTA DA LEGISLAÇÃO PERMITIDA DESACOMPANHADA
DE ANOTAÇÕES, COMENTÁRIOS OU SÚMULAS.**

1. Leia com atenção estas instruções e as questões.
2. As respostas manuscritas deverá ser efetuadas no papel pautado, com letra legível utilizando-se tinta indelével (esferográfica) de cor preta ou azul.
3. Candidato optante por redação à máquina deverá utilizar folha de papel A4, sem pauta.
4. Nenhuma marca ou forma de identificação poderá ser colocada no material da prova.
5. As folhas de papel utilizadas para o trabalho final deverão ser numeradas.
6. Não será cedido, a qualquer pretexto, material para consulta
7. Esta prova terá duração de 5(cinco) horas, improrrogáveis (Art. 16 do Regulamento).
8. Confira o grampeamento da capa contendo a prova e o trabalho final.

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 10 REGIÃO
V CONCURSO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**

30 PROVA ESCRITA

PRIMEIRA QUESTÃO

Elaborar sentença sobre a hipótese abaixo, com os requisitos essenciais inscritos no art. 381 do Código de Processo Penal, exceto o do inciso VI

Valor desta questão: 6 (seis) pontos

1. Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal assim relata os fatos:

Em 20 de maio de 1993, no Estado da Bahia, TÍCIO, funcionário público federal, quando se encontrava no exercício de funções fiscalizadoras, surpreendeu PAULO na prática de infração de natureza administrativa. Para não impor-lhe a multa devida, exigiu desta certa quantia em dinheiro. De posse de moeda falsa, PAULO entregou-lhe quantia inferior à exigida, com a promessa de completá-la no dia seguinte.

Ao perceber, hora depois, que se tratava de moeda falsa, em minucioso confronto com cédulas verdadeira, TÍCIO guarda-a consigo, com intenção de repô-la em circulação. Sentindo-se, entretanto, ludibriado por PAULO, incumbe seu amigo particular MARCOS de receber de PAULO, no dia seguinte, pagamento da vantagem em moeda autêntica e de transmitir-lhe ameaça de morte, que seria concretizada caso não atendesse à exigência; ameaçou-o, ainda de denunciá-lo por crime de circulação de moeda falsa.

Diante da ameaça, PAULO entrega a MARCOS o valor cobrado em cédulas legítimas. Ao repassá-las a TÍCIO, MARCOS recebe, como recompensa pela Aintermediação, parte do dinheiro.

Investigações preliminares feitas pela Polícia Federal, em virtude de telefonema anônimo, levantam indícios dos fatos delituosos. Instaura-se inquérito policial e a autoridade que o preside, de posse do mandado de busca e apreensão, realiza diligência na casa de TÍCIO, onde encontra, dentro de um cofre, certa quantidade de cédulas falsas. É lavrado o auto de prisão em flagrante. Outro mandado de busca e apreensão é cumprido na casa de PAULO. Ali, a Polícia Federal descobre, em um armário, cédulas fabricadas, semelhantes às verdadeiras, bem como petrechos para falsificação de moeda. PAULO desaparece, ignorando-se o seu paradeiro.

Determinada a realização de perícia, esta comprova, em laudo assinado por dois Peritos do Serviço de Criminalística do Departamento de Polícia Federal, que as cédulas apreendidas imitam as verdadeiras e são aptas a enganar o homem comum. Quanto aos petrechos (clichês, matrizes, moldes, papel etc.), foram utilizados, segundo a mesma perícia, na fabricação da moeda.

Juntaram-se aos autos do inquérito folhas de antecedentes dos denunciados, as quais revelaram nada constar contra PAULO e MARCOS. Em relação a TÍCIO, verificou-se, mediante certidão trazida aos autos, a existência de condenação criminal, por sentença transitada em julgado aos 30 de maio de 1986. A pena de seis meses de detenção, a ser cumprida em regime aberto, pela prática de difamação e injúria, ficou, porém, suspensa pelo prazo de dois anos (CP, art.77, inc. I a III). Um dia após o cumprimento da pena, declarou-se, em 20.06.88, a sua extinção, em razão do término do prazo do sursis.

2. A denúncia, recebida pelo MM. Juiz Federal da Vara Criminal da Seção Judiciária da Bahia, em 30 de junho de 1993, apontou:

- a) TÍCIO como incurso nas sanções dos artigos 316, 289, § 11 e 147, em concurso material, com a agravante do art. 61, inciso I, todos do Código Penal;
- b) PAULO como incurso nas sanções dos artigos 289, § 11 e 291, em concurso formal;
- c) MARCOS como incurso nas sanções dos artigos 349 e 147, este em coautoria com TÍCIO, ambos do Código Penal.

O Ministério Público requereu a procedência da denúncia e a declaração de perda do cargo do acusado TÍCIO.

3. Interrogado em juízo, TÍCIO confessa os fatos, mas alega ter agido por extrema necessidade, em face de vultosas despesas médico-hospitalares decorrentes de tratamento de saúde de sua esposa, acometida de doença grave, mas sem maior risco de vida, as quais não poderiam ser pagas com os irrisórios vencimentos de servidor público.

4. No interrogatório, MARCOS declara que não cometeu nenhum crime, pois se limitara a prestar auxílio a TÍCIO, conquanto haja recebido deste certa quantia em dinheiro. Afirma que jamais vira ou manuseara as cédulas e petrechos apreendidos.

5. PAULO, citado por edital, após ter sido procurado por Oficial de Justiça, que certificou encontrar-se ele em lugar ignorado, não compareceu nem constituiu advogado. Com base no artigo 366 do Código de Processo Penal, o juiz decidiu, em relação a esse denunciado, suspender o processo e o curso de prescrição, ao tempo em que lhe decretou a prisão preventiva. Ordenou, ainda, o desmembramento dos autos.

6. Na defesa prévia, TÍCIO arrola testemunhas residentes em Brasília e no Rio de Janeiro. MARCOS indica testemunhas residentes em Salvador. O primeiro junta atestados médicos e comprovantes de pagamento de despesas de médico e hospital.

7. Finda a instrução, as partes apresentaram razões finais.

O Ministério Público Federal pede a condenação dos acusados TÍCIO e MARCOS, nos termos da denúncia, à vista da confissão do acusado TÍCIO, da prova pericial e de depoimento das testemunhas arroladas na denúncia, todas Agentes da Polícia Federal que participaram das diligências.

A defesa de TÍCIO reafirma, em seu favor, causa de exclusão de ilicitude; sustenta a perda dos efeitos da reincidência; afirma que, em caso de procedência da denúncia, deve ser declarada a inexistência de concurso material ou formal, e argúi as seguintes preliminares:

a) nulidade do inquérito policial, porque estava o agente preso em flagrante, mas os autos só foram remetidos à Justiça, já relatados, trinta dias após a lavratura do auto de prisão, sem que houvesse a autoridade policial requerido a prorrogação de prazo para conclusão do inquérito;

b) nulidade da prova pericial, porque os Peritos firmatários do laudo não prestaram o compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, sob as penas da lei;

c) nulidade do processo, porque se findou a instrução sem a devolução da carta precatória expedida para ouvida das testemunhas residentes no Rio de Janeiro, o que acarreta prejuízo para a defesa;

d) nulidade do processo, porque, embora intimado o defensor da expedição da carta precatória à Justiça Federal em Brasília, procedeu-se à inquirição das testemunhas ali residentes com a presença tão-só de defensor ad hoc e era do interesse do defensor constituído acompanhar tais depoimentos, formulando perguntas, não obstante hajam as testemunhas declarado apenas conhecer TÍCIO e dado informações sobre o seu excelente comportamento.

e) nulidade do processo, porque, na condição de servidor público acusado de crime funcional, não se lhe deu oportunidade de oferecer defesa preliminar.

A defesa de MARCOS reitera, em face do conjunto probatório, o argumento de que não se configura no comportamento do denunciado a prática de qualquer ilícito penal. Alude ao depoimento das testemunhas arroladas em sua defesa prévia, as quais apesar de não terem presenciado os fatos, confirmam a versão do defendente, em seu interrogatório, e sustentada firmemente pela defesa, ao longo da instrução processual, além de terem afirmado ser pessoa de bom comportamento e

bom chefe de família.

8. Foram os autos conclusos para sentença.

TERCEIRA QUESTÃO

Responda e justifique a questão abaixo, em 15 linhas, no máximo

Valor desta questão: 2(dois) pontos

O ato administrativo vinculado pode ser revogado ou anulado se produziu direitos adquiridos?

TERCEIRA QUESTÃO

Decidir o incidente processual abaixo, de forma objetiva e fundamentada, à luz da legislação que rege a espécie

Valor desta questão: 2 (dois) pontos

Em execução fiscal movida por determinado Município contra empresa pública federal, arrematados os bens penhorados, o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL(INSS), ao fundamento de que estava a mover diversas execuções contra o mesmo devedor, requereu a instauração do concurso de preferência, para que lhe fosse entregue, até o limite de seu crédito, o produto da alienação judicial dos bens penhorados. A Fazenda Municipal insurgiu-se contra a pretensão do INSS.

.....